



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

Campus
Princesa Isabel

REMOÇÕES

RESOLUÇÃO N°75/2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 75, 14 DE MAIO DE 2015.

Alterar a Resolução Nº 282, de 07 de novembro de 2014 que dispõe sobre o processo de Remoção de servidores, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

O Presidente do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, com base no § 1º, do artigo 10, e no caput do art. 11 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no inciso I, do art. 8º, e inciso V, do art. 9º, do Estatuto do IFPB, considerando a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta no Processo Nº 23381.003664/2015-11, **RESOLVE:**

Art. 1º Alterar, “*ad referendum*”, o Regulamento para o Processo de Remoção Interna dos servidores, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, em conformidade com o Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados com base nas Resoluções nºs 74/2014, 169/2014 e 282/2014.

Art. 3º Ficam revogadas as Resoluções nºs 74, de 04/03/2014, e 282, de 07/11/2014.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data e deve ser publicada no Boletim de Serviço e no Portal do IFPB.

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES
Presidente do Conselho Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

ANEXO I

Título I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Remoção de que trata o Art. 36, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é disciplinado, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por esta Resolução.

Art. 2º Remoção é o deslocamento do servidor efetivo, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro de pessoal e ocorrerá nas seguintes modalidades:

I - de ofício, no interesse da administração;

II – a pedido, a critério da Administração;

III - a pedido do servidor, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; ou

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste no seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) quando atende o interesse dos campi envolvidos no processo de Remoção, segundo critérios regulados em Edital específico.

Art. 3º O processo da remoção se dará mediante a manifestação por escrito do servidor, observando-se o seu enquadramento nas hipóteses previstas nas alíneas do inciso III, do art. 2º.

Art. 4º O requerimento de Remoção por motivo de doença do cônjuge, companheiro ou dependente do servidor deverá conter comprovação desta relação ou, no caso de dependente, de que consta dos assentamentos funcionais do mesmo.

Art. 5º O laudo médico emitido por junta médica oficial é indispensável à análise do pedido de Remoção com base na alínea "b", do Inciso III, do art. 2º, desta



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Resolução e deverá, necessariamente, atestar a doença que fundamenta o pedido.

§ 1º O laudo médico deverá ser conclusivo quanto à necessidade da mudança pretendida.

§ 2º Em caso de prorrogação da permanência do servidor em localidade, ante a necessidade do tratamento, far-se-á imprescindível a existência de atestado proferido por junta médica oficial, condicionando a prorrogação à permanência dos motivos ensejadores.

§ 3º Os casos previstos na alínea "b", do Inciso III, do art. 2º desta Resolução, possuem o caráter de remoção por prazo determinado, ou seja, o exercício será provisório e, cessando o motivo, o servidor removido deverá retornar à sua localidade de provimento anterior à remoção.

Art. 6º o processo de Remoção do servidor, no caso da alínea "c" do inciso III, do art. 2º deve ser instruído com a comprovação de correlação do perfil de ingresso do professor interessado no Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal, de que trata a Lei nº 12.772/2012, com o perfil identificado no concurso público que originou a vaga, garantido ainda o atendimento as disciplinas ministradas pelo docente no campus de origem.

§ 1º. Fica constituída uma comissão especial formada por três membros da Diretoria de Gestão de Pessoas, com a finalidade de averiguar a correlação entre os códigos de vagas disponíveis para o IFPB.

§ 2º. A Diretoria de Gestão de Pessoas – Reitoria/IFPB detém a prerrogativa de solicitar ao Diretor de Ensino da Unidade de destino e/ou ao Coordenador da respectiva área, quando as circunstâncias assim exigirem, manifestação acerca da correlação do perfil do professor candidato com o perfil do código concorrido, antes de concluir pela aceitabilidade, ou não, da correlação exigida.

**Título II
DO EDITAL**

Art. 7º O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, através da sua Diretoria de Gestão de Pessoas, publicará Edital para disciplinar o processo de Remoção.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Art. 8º O Edital deverá regular os procedimentos para efetivação do Ato da concessão da Remoção, destacando-se:

- I – Período de inscrição;
- II – Especificação do quantitativo de vagas, e
- III – Identificação dos Campi com vagas disponíveis para Remoção;
- IV – Documentação para instrução processual;
- V – Condições para participação no processo;
- VI – Fixação dos critérios para a concessão da Remoção.

**Título III
DA REMOÇÃO A PEDIDO**

Art. 9º O processo de remoção a pedido do servidor, nos termos da alínea c do inciso III do artigo 2º desta resolução, obedecerá ao seguinte rito:

I – Imediatamente após o recebimento dos códigos de vagas pelo IFPB e antes de anunciar o concurso público, a reitoria informará a quantidade de vagas disponíveis para cada campus;

II – Os campi definirão os perfis profissionais necessários para o preenchimento das vagas disponíveis e comunicarão o resultado à reitoria que publicará o resultado para conhecimento da comunidade interna;

III – O IFPB lançará o edital para preenchimento das vagas disponíveis através de remoção, por simples compatibilidade de perfil e seleção através dos requisitos e critérios estabelecidos nesta Resolução;

IV – Após o preenchimento das vagas por remoção, o IFPB publicará o resultado fazendo a correlação entre o servidor, o campus de origem e o campus de destino;

V – Somente após a conclusão do processo de preenchimento das vagas por remoção, a reitoria consultará aos campi quais os perfis profissionais que devem ser lançados para concurso público, equalizando assim as vagas disponibilizadas pelos servidores que serão removidos.

§1º As vagas para remoção serão preenchidas observando a compatibilidade de perfis indicados para o concurso, com os perfis em exercício no campus de origem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

e os perfis requisitados no campus de destino do servidor a ser removido, sendo, para estes casos, observado o seguinte rito:

I - O Processo de Remoção terá início com a manifestação de interesse do servidor.

II - O formulário de requerimento poderá ser retirado no Protocolo Geral da Reitoria ou no Portal do IFPB.

III - O IFPB poderá, também, disponibilizar a inscrição do Processo de Remoção em sistema informatizado, quando implantado para tais específicos fins.

IV - O formulário de requerimento e os documentos comprobatórios deverão ser autuados em um das unidades de protocolo do IFPB que, por sua vez, os encaminharão à respectiva unidade de gestão de pessoas.

V - A inscrição no Processo de Remoção a Pedido seguirá o trâmite constante do Edital que disciplina o processo.

VI - Constará do ato de Remoção a denominação do cargo e *campus* de origem do servidor.

VII - Os servidores ocupantes do cargo em comissão ou função comissionada serão removidos somente após a exoneração da função ocupada.

VIII - Eventual desistência da Remoção deverá ser comunicada pelo servidor interessado aos *campi* envolvidos.

§2º Será nula de pleno direito a remoção realizada sem a observação dos dispositivos legais, cabendo à responsabilização administrativa de quem assim proceder.

Art. 10 A remoção a pedido do servidor, a que se refere a alínea "c" do inciso III, do Art. 2º, observar-se-á, por ordem de precedência aos seguintes critérios:

I - maior tempo de serviço, a cargo efetivo, no *campus* de origem do IFPB;

II - maior tempo de serviço, a cargo efetivo, no IFPB;

III - maior tempo de serviço público federal, a cargo efetivo;

IV - maior tempo de serviço público, a cargo efetivo;

V - maior titulação acadêmica;

VI - maior prole;

VII - de maior idade; e

VIII - regime de trabalho, com prioridade, na seqüência: Dedicção Exclusiva



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

(no caso dos professores), depois 40 horas, seguido de 30 horas e, por fim, 20 horas.

Art. 11 A Remoção não suspende, nem interrompe o interstício do servidor para fins de Progressão por Desempenho Funcional ou por Titulação, sendo a avaliação de Desempenho do servidor, durante os respectivos períodos de exercício funcional, aferida pelo *campus* de origem e o *campus* destino.

Art. 12 Na remoção, a pedido, nas hipóteses previstas nas alíneas do inciso III, do Art. 2º, desta Resolução, as despesas decorrentes da mudança para o novo campus, ou qualquer outra unidade do IFPB, correrão integralmente por conta do servidor.

Art. 13 O processo de liberação de servidor efetivo dos câmpus, a pedido, conforme previstas na alínea c, do inciso III, do art. 2º, somente será autorizado condicionado à substituição desse cargo por outro efetivo, por nomeação, remoção ou redistribuição.

§ 1º A substituição de servidor, necessariamente, terá que ser efetivada por outro servidor da mesma área de conhecimento, atendido o perfil do concurso público que originou a vaga, possibilitando o preenchimento da vaga aberta pela remoção por outra remoção.

§ 2º Não se aplica as disposições do § 1º, deste artigo, aos servidores técnico-administrativos com cargos, por força da lei nº 9.632/98, integrando Quadro em Extinção.

**Título IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 14 A administração do IFPB, uma vez constatada a disponibilidade de cargos efetivos para remoção, fará uma ampla divulgação no âmbito dos seus câmpus por meio de edital, para que sejam preenchidos tais cargos pelos servidores interessados, desde que não haja prejuízo ao serviço público.

Art. 15 As vagas para remoção serão disponibilizadas anterior à abertura de Concurso Público, quando serão levantadas as demandas de cada campus.

§ 1º A quantidade de vagas para remoção a pedido do servidor será igual ao total de vagas disponibilizadas no Concurso Público, excluídas as vagas preenchidas de acordo com os incisos I e II, do art. 2º, da presente Resolução, com prioridade



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

para os servidores já contemplados em editais anteriores.

§ 2º A liberação do servidor estará condicionada à substituição desse servidor por outro efetivo, respeitando, prioritariamente, a remoção por encadeamento dos servidores, posteriormente, contratações nomeação e redistribuições.

Art. 16 É de competência do Reitor do IFPB, autorizar a Remoção do servidor.

Parágrafo Único – Será constituída uma Comissão específica composta pelos representantes da Gestão de Pessoas e presidida por um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas do IFPB, com a finalidade de executar os pedidos de Remoção aprovados.

Art. 17 A Remoção será efetivada mediante ato da autoridade competente.

Parágrafo único - Até a efetivação do ato de remoção, o servidor deverá permanecer prestando serviços no campus de origem.

Art. 18 Nas remoções de ofício deverão ser observadas as vedações constantes da legislação eleitoral.

Art. 19 Os casos omissos serão deliberados pela Reitoria do IFPB e das decisões caberá recurso ao Conselho Superior.

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES
Presidente do Conselho Superior